

Camaradas, Amigos, em nome da Direcção Regional, uma calorosa saudação para todos vós.

Vivemos num Distrito, que continua a perder População. Esta é a consequência da falta de investimento em sectores produtivos como a Agricultura e a Industria, da política de destruição de serviços públicos, que tem conduzido à redução do emprego, à emigração em massa, sobretudo de jovens, à quebra acentuada dos rendimentos das populações, ao aumento da pobreza, às dificuldades crescentes no acesso à saúde, à educação e à segurança social. Estes são problemas acumulados ao longo de décadas de política de direita e de integração capitalista na União Europeia, que PS, PSD e CDS-PP levaram a cabo, agravada com a aplicação dos Pactos de Estabilidade e Crescimento e do Pacto de Agressão.

O desemprego assume uma enorme dimensão. No final do mês passado, o registo de desempregados no distrito de Vila Real era superior a **11.880. destes, apenas 34% recebiam subsídio de Desemprego.** Estes dados subavaliam a realidade uma vez que muitos trabalhadores estão ocupados em regime de contractos de emprego de inserção, estágios e em programas de formação profissional.

Este, Distrito de Vila Real, a par do elevado nível de desemprego e de precariedade, do encerramento de mais de meio milhar de serviços públicos na última década, do acesso cada vez mais caro e difícil aos apoios sociais do Estado, das elevadas taxas de envelhecimento e dos baixos índices de natalidade, debate-se ainda, com a fuga contínua da população activa para o litoral e para o estrangeiro, por força dos baixos salários praticados e da negação dos direitos laborais.

A introdução de Portagens nas SCTU's originou enormes prejuízos às economias locais, onerando as empresas e populações, com consequências ao nível do Turismo e do emprego, acentuando a desertificação e o despovoamento.

Na saúde, a situação em que se encontra actualmente o SNS reclama medidas e investimentos urgentes, que são incompatíveis com a submissão a imposições e constrangimentos externos. O acesso à saúde e o direito a uma vida digna não podem estar dependentes de imposições orçamentais da UE.

Há uma falta gritante de recursos humanos, aos mais diversos níveis, dos médicos aos assistentes operacionais, dos enfermeiros e técnicos de saúde aos assistentes administrativos, dos assistentes sociais aos psicólogos.

O cansaço, a saturação e o desânimo crescem como nunca entre os profissionais de saúde. Crescem também as listas de espera para cirurgias.

Aprofundam-se as assimetrias entre o litoral e o interior, mas também as assimetrias intra-regionais.

No nosso distrito encerrou o Hospital D. Luiz na Régua. Invocaram falta de condições e prometeram uma reabertura com requalificação e alargamento das suas funções. Passam-se os meses e aparentemente o encerramento passou, de forma encapotada a definitivo.

É importante para a cidade e para o concelho da Régua que se encontre uma forma de aproveitar as capacidades hospitalares instaladas e os recursos humanos do SNS, para prestar cuidados de saúde.

Parece estar ultrapassada a ameaça de encerramento do Gabinete de Medicina Legal no Hospital de Chaves, tão necessário para as populações do Alto-Tâmega, mas o processo de declínio do Hospital de Chaves mantém-se, tardando as medidas de requalificação.

A prometida evolução do Hospital de Vila Real para Hospital Central de Trás-os-Montes está hoje mais longe do que já esteve, havendo retrocessos e atrasos inaceitáveis.

Tomamos conhecimento esta semana, que os cinco Adjuntos da Direcção Clínica do Centro Hospitalar se demitiram, situação que nos preocupa e sobre a qual, exigimos um cabal esclarecimento.

É neste contexto de degradação do SNS na região, que surgem novas unidades hospitalares privadas, ávidas de aproveitar a situação e de beneficiar do financiamento encapotado de dinheiros públicos, através da ADSE e de outros subsistemas públicos de saúde.

Estando nós em pleno rescaldo do S. Miguel, em plena lavagem dos cestos, é pertinente um breve balanço da política agrícola transmontana e duriense. Depois de 4 anos de erradas políticas levadas a cabo pelo Governo de Passos e Portas que acentuaram as já frágeis economias dos vários modelos da agricultura familiar: com a subida dos factores de produção, dificuldades na comercialização das principais produções agrícolas consequência da ditadura das grandes superfícies, o continuado desaparecimento de centenas de explorações leiteiras da região, um despudorado

ataque à propriedade comunitária com a promulgação de uma nova Lei dos baldios. Com a constituição de um novo Governo foram criadas novas expectativas que infelizmente tardam em concretizar-se. O PDR 2020, não obstante o anúncio de algumas medidas positivas, como sendo o regime da pequena agricultura, o aumento da instalação de Jovens agricultores, os pequenos investimentos, verifica-se, não só um excessivo atraso na sua implementação, como a demora na aprovação dos projectos florestais para a criação da rede primária, pontos de água (para combate aos incêndios), regeneração natural e novas plantações, a ausência incompreensível na concretização de outras medidas florestais importantes para este sector e para a economia regional. Os compartos transmontanos ao mesmo tempo que saúdam a recente apresentação na A.R. do Projecto do Partido sobre os baldios, cujo objectivo, é revogar a actual lei, lei, alcunhada pelos Povos dos Baldios como a lei que transporta no seu bojo a descaracterização e a privatização destes bens comunitários para os entregar aos interesses das celulosas.

Na Região Demarcada do Douro, vive-se hoje uma grave crise, devido à paralisia da Casa do Douro e das desastrosas políticas agrícolas. Em consequência, avançam na Região Demarcada do Douro, a ruína e o abandono da actividade vitivinícola e aumenta o desemprego. É triste, mas é esta a realidade, numa Região que é Património Mundial da Humanidade.

O PCP defende que só uma Casa do Douro de natureza pública e inscrição obrigatória, defenderá convenientemente a produção, a qualidade e os pequenos e médios produtores, tal como a história da região já demonstrou. De imediato é também necessário garantir o respeito e os direitos dos trabalhadores da instituição e também a salvaguarda dos seus activos, nomeadamente património imobiliário e vínico. Por isso, o PCP suscitou na AR, a discussão urgente de medidas para assegurar os meios de sobrevivência imediata aos trabalhadores do quadro da Casa do Douro e a vigilância e salvaguarda dos seus activos e património. Tem sido neste contexto, que os Vitivinicultores Durienses, enquadrados pela AVIDOURO, Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro, têm lutado! E é este, o caminho da Luta, que é necessário prosseguir. A posição do PCP está clara há muito tempo e o seu voto não faltará, como nunca faltou, para defender a região e a actividade. É fundamental e urgente que outras vontades se definam e se adicionem à do PCP, para que as mudanças necessárias e ansiadas possam acontecer.

Camaradas,

Continuamos a afirmar, com optimismo, que o Distrito, tem recursos que permitem relançar o seu desenvolvimento económico e social. É preciso uma

política que corrija as desigualdades e injustiças sociais. É preciso recentrar o desenvolvimento nas pessoas, pôr a Região a produzir e distribuir, de uma forma mais justa, a riqueza criada. São indispensáveis políticas de investimento, que estruturam o território, é necessário mais do que nunca avançar com a regionalização, combater o despovoamento e a desertificação e reduzir os elevados níveis de desemprego, de forma a garantir uma vida digna às populações, defender os seus direitos e acabar com a degradação económica e social. **É necessário reverter o processo de ataque à administração pública, aos serviços públicos e às funções sociais do Estado, dando prioridade à reabertura de serviços e reposição de valências, nomeadamente nos sectores da Justiça, da Saúde, do Ensino, das Finanças e da Segurança Social.** Sublinhar que em relação à Justiça, a nova fase da vida nacional permitiu que a população do distrito voltasse a ter direito a um Tribunal em cada Concelho, situação para a qual o PCP se empenhou desde a primeira hora. **É necessário que este exemplo seja seguido nas outras áreas.**

Camaradas, entramos na terceira Fase de preparação do XX Congresso do nosso Partido. Estão agendadas um conjunto de iniciativas no Distrito, que visam a discussão das Teses / Projecto de Resolução Política e a Eleição de Delegados. Creio Camaradas, que deveríamos aproveitar esta oportunidade, para preparar o Congresso ligado às questões da Organização, ao Reforço ao Trabalho de Direcção ao Recrutamento, ao reforço da militância, pelo envolvimento e responsabilização de camaradas por tarefas concretas, integrando-os em organismos, acompanhando-os e ajudando-os na resposta às tarefas que assumem, pela melhoria da recolha de quotizações e das receitas do Partido, no alargamento da difusão do Avante, nas medidas de direcção que permitam a responsabilização de mais quadros para o reforço da intervenção junto dos trabalhadores, criando condições para a estruturação e organização do Partido nos locais de trabalho. Todos irão receber as respectivas convocatórias. O vosso envolvimento e participação, são condições indispensáveis para o Reforço, Unidade e Coesão do Partido.

Tal como se afirma nas teses, a realidade evidencia que não há caminho alternativo que não seja o da ruptura com a política de direita das últimas quatro décadas e a construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda

Esta política alternativa indispensável ao País, tem de ser conquistada pela intervenção e luta dos trabalhadores e do povo, pela mobilização da vontade de todos os democratas e patriotas, pelo reforço do PCP.

Viva a População do Distrito de Vila Real!

Viva o PCP!